



Instrumentos projetuais de Arquitetura e Urbanismo como agentes transformadores, tendo como parâmetro a escala da criança

Júlio Barretto Gadelha

PALAVRAS-CHAVE:

crianças na cidade; espaço público; arquitetura participativa; instrumentos projetuais.

RESUMO

A importância de pensar a cidade inclusiva, embasada nos direitos universais humanos e de acessibilidade, uma cidade igualitária para todas as faixas etárias, gêneros, raças, credos, é fundamental que todos esses aspectos reflitam-se de forma concreta no espaço construído. Nesse artigo, iremos analisar e propor em como desenvolver instrumentos e estratégias projetuais, tendo com parâmetro a escala da criança, como catalizador de mudanças nos espaços da cidade. Segundo o educador italiano Francesco Tonucci, corroborado por Jan Ghel, Kevin Lynch, em estudos sobre crianças e adolescentes, apontam que uma cidade pensada com o propósito inicial de entender as aspirações das crianças, como se relacionam com os espaços, e construir levando em conta esses parâmetros, faz com que a cidade seja mais amigável para todos. Interessante trazer o exemplo de Freiburg, na Alemanha. Claro que o contexto e a cultura são completamente diferentes, mas entender os pontos abordados e exemplos reais de transformações dos espaços da cidade e suas relações com as crianças, claramente se constata a qualidade espacial, ambiental, social gerada tendo o foco na perspectiva de apropriação pelas crianças da cidade, como irradiador de estratégias de projetos. Tendo como base esses conceitos gostaríamos de sugerir de que forma poderíamos propor ações efetivas de transformações urbanas em nosso território brasileiro, especificamente em áreas de vulnerabilidade social. Não que nossas cidades, que já estão dotadas de infraestrutura urbana, de serviços públicos e toda comodidade de uma sociedade de consumo, mas como caráter emergencial o foco será os menos favorecidos, por esses motivos já citados e muitas outras situações em relação as classes mais altas. O urbanista Kevin Lynch iniciou junto com os movimentos dos anos 70 de participação cidadã, um projeto dirigido as crianças e jovens, junto com a UNESCO. Posteriormente na Itália o pedagogo Francesco Tonucci e como marco desse

pensamento o encontro internacional HABITAT II (ONU), consolidou o conceito de CIDADES AMIGÁVEIS para a infância. As ideias principais que abordam esse tema desenvolvido em diversos trabalhos desde 1970 com colaboração da UNESCO são: as crianças são competentes, os adultos não sabem o que é melhor para as crianças, muitos adultos não escutam as crianças e não levam a sério suas opiniões, as crianças tem a capacidade e o direito de participar dos programas e avaliações das suas comunidades, uma cidade amigável para as crianças é também para todos os cidadãos. O pedagogo italiano em 1991 coordenou um laboratório na Itália com o objetivo de repensar a cidade e modifica-la realmente, tendo a criança como parâmetro. O projeto se estendeu para diversas cidades. Descontente com a situação atual das urbes, onde a criança não encontra seu lugar, a proposta é ter a criança como parâmetro da transformação urbana e social. Nas últimas décadas, devido a escolha do cidadão adulto e trabalhador como parâmetro do desenvolvimento e de mudança, a cidade perdeu uma de suas características originárias, que é a de ser um lugar de encontro e intercambio de pessoas. Renunciou os espaços públicos como ponto de encontro e de intercambio que eram imprescindíveis. Os pátios, as ruas e as praças adquiriram cada vez mais, funções associadas ao automóvel e ao comércio, excluindo os cidadãos. As cidades formaram modificadas e se transformaram em um ambiente insalubre, devido a contaminação atmosférica e acústica, sujas e perigosas. É preciso pensar em soluções sociais que impliquem uma mudança REAL da cidade, de suas características estruturais e do comportamento dos cidadãos. As crianças desde pequenas, são capazes de interpretar e de expressar suas próprias necessidades e contribuir com a transformação de suas cidades. Suas necessidades coincidem com as da maior parte dos cidadãos, sobretudo os mais necessitados. Este artigo propõem, mudar o parâmetro e passar do adulto trabalhador, a criança: trata-se de conseguir que a administração pública baixe seus olhos na altura de uma criança, para não esquecer de nada. Uma cidade adequada as crianças é uma cidade adequada para todos. É uma proposta transversal que implica a todos os setores da administração pública, desde o prefeito a todos os servidores. Desde 1996 na cidade de Rosário, Argentina, inspirado nas ideias do pedagogo italiano Francesco Tonucci surgiu os Conselhos das crianças, tornando-se interlocutores legítimos e apostando em uma construção de redes mais ampla de atores sociais. Desde os Conselhos das Crianças foram elaboradas diferentes propostas que indicam a pensar uma cidade que inclua a todos, uma cidade onde nos encontremos, uma cidade com árvores, uma cidade onde o que não conseguimos nomear apareça com formas no espaço público. Permanecer nos espaços públicos, incluem projetos que convidam a povoar a cidade de outra maneira, ocupando os espaços públicos, gerando um novo conceito de segurança urbana baseado no encontro com os vizinhos. São programas que levam a uma união de vizinhança, a convivência, a consciência do meio ambiente, o melhoramento dos espaços públicos, aos encontros e a melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade para todos os cidadãos. Uma CIDADE AMIGA DA INFÂNCIA (CAI, programa UNICEF 1996) respeita e aplica em suas políticas, normas e programas os direitos da infância contidos na Convenção dos Direitos das Crianças (1989), um tratado internacional que reúne os direitos da infância e que é o primeiro instrumento juridicamente vinculante que reconhece como sujeito e defensores de seus próprios direitos. Seus indicadores principais são: as vozes, ideias e opiniões das crianças sobre a cidade que desejam são escutadas e levadas em conta nas suas famílias, comunidades e vida social; com a colaboração das crianças, cria-se um espaço de convivência melhor para toda a cidadania; todas as crianças recebem serviços básicos como saúde e educação; todas as crianças são protegidas da exploração, do abuso e da violência; todas as crianças contam com espaços de encontro e de jogos para compartilhar com seus amigos assim como espaços verdes e um ambiente saudável; as crianças podem participar de eventos sociais e culturais; todas as crianças têm as mesmas oportunidades, independentes de sua origem, religião, escolaridade, gênero ou incapacidade.

1. INTRODUÇÃO

A partir da verificação do decréscimo significativo do número de crianças nas nossas vias e espaços públicos, pode-se afirmar que nossas cidades estão em vias de entrar em colapso porque as crianças não fazem mais parte do cotidiano da urbes e, seja pelo motivo que for - insegurança, falta de hábito, excesso de uso da tecnologia passiva, medo, comodismo – tal constatação é assustadora, uma vez que as crianças representam o futuro de qualquer sociedade e a partir do momento em que elas não identificam na cidade seu ambiente de vida e de relação, as áreas urbanas estarão relegadas à condição de meros contentores de uma vida urbana mecanizada e inerte, sem qualquer traço de cuidado, criatividade e envolvimento afetivo.

Este artigo tenta elucidar alguns pontos sobre o fato de nossas cidades não estarem preparadas para acolher as crianças. A abordagem é direcionada a crianças vivendo em territórios vulneráveis, nas áreas centrais, ou em bairros carentes de serviços públicos e infraestrutura básica.

Essa triste constatação, que, há tempos, vem dando lugar a uma inquietação crescente, ocorreu ao longo dos estudos de teoria, conceitos, planos e projetos arquitetônicos e urbanísticos, tendo com parâmetro alguns territórios em países europeus que já dispõem de infraestrutura adequada e serviços públicos de qualidade, ou mesmo de países latino-americanos, em que as áreas de pesquisa e intervenção localizam-se em bairros dotados de infraestrutura e serviços públicos de qualidade.

Mas como replicar certos parâmetros em áreas onde o básico sequer existe? Onde a infraestrutura é precária ou inexistente? Onde o poder público, não consegue atender às demandas e questões como segurança, saúde, educação e desenho urbano são descurados e, quando oferecidos, no mais das vezes de péssima qualidade? Quais seriam os aprendizados extraídos de realidades tão diversas? Como um plano de ação poderia ser desenvolvido nesses territórios vulneráveis partindo dessas premissas? Quais os exemplos latino-americanos que poderiam ser replicados na realidade brasileira?

Tentando responder a essas perguntas, já poderíamos estabelecer como ponto de partida os casos da ação de países como a Colômbia e a Venezuela: em áreas carentes na cidade colombiana de Medellín e o trabalho do coletivo PICO, grupo de arquitetos/as que desenvolve ações de intervenção em áreas de vulnerabilidade social em Caracas, na capital venezuelana.

Por meio desses exemplos, percebe-se a importância de se pensar em uma cidade inclusiva, baseada nos direitos humanos universais e de acessibilidade. Para que qualquer cidade seja igualitária para todos, todas as faixas etárias, etnias, gêneros, raças e credos é fundamental que todos esses aspectos se reflitam de forma concreta no espaço construído.

No presente artigo, busca-se analisar e propor formas para desenvolver instrumentos e estratégias projetuais, utilizando-se como parâmetro a escala da criança nos espaços públicos coletivos como ruas, calçadas, parques, espaços comunitários etc. Esse parâmetro seria o elemento

catalizador de mudanças nos espaços urbanos como um todo, em seus diversos contextos e territórios. Busca-se ainda entender se existe uma diferente abordagem para consecução desse objetivo e quais seriam as diferenças ou semelhanças entre esses territórios.

Corroborados por estudiosos como Jan Ghel e Kevin Lynch, os estudos sobre crianças e adolescentes do educador italiano Francesco Tonucci (TONUCCI, 2015) destacam que pensar uma cidade com o propósito primeiro de entender as aspirações das crianças, a forma como se relacionam com os espaços e projetar e construir o espaço urbano levando em conta esses parâmetros é que faz com que a cidade seja mais acolhedora e agradável para todos.

Interessante trazer o exemplo de Freijburg, na Alemanha. É evidente que o contexto e a cultura são completamente diferentes da cultura brasileira, mas ao entender os pontos abordados, os reais exemplos de transformação dos espaços da cidade e sua relação com as crianças, claramente se constata a qualidade espacial, ambiental e social gerada, cujo foco está na perspectiva da apropriação da cidade pelas crianças, como irradiador de estratégias de projetos.

Tendo como base esses conceitos, propõe-se uma questão: de que forma ações efetivas de transformação urbana no território brasileiro, poderiam ser propostas, especificamente em áreas de vulnerabilidade social. Isso não significa que nossas cidades já estejam dotadas de infraestrutura urbana adequada, de serviços públicos de qualidade e toda comodidade para a sociedade, em geral, mas como caráter emergencial, o foco deve recair sobre aquela parcela dos menos favorecidos, pelos motivos já citados e pela percepção da nítida diferença existente na oferta de serviços e estrutura urbana entre esses grupos e as classes de rendas mais altas.

Para contextualizar e entender a importância de um olhar mais aprofundado em relação às questões de primeira infância em territórios de vulnerabilidade social e dos motivos pelos quais essas localidades foram escolhidas para a pesquisa, faz-se necessário destacar um dado sobre o município de São Paulo.

A gestão municipal do período de 2013-2016 propôs uma Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância na Cidade de São Paulo.

São 860,7 mil crianças na Primeira Infância, 47% das crianças da cidade · Dos 11,2 milhões de habitantes, 7,6% têm menos de 6 anos de idade · Nascerem na cidade de São Paulo, anualmente, aproximadamente 170 mil crianças · As regiões mais periféricas da cidade têm maior concentração de crianças até 6 anos. O desenvolvimento infantil integral engloba as dimensões cognitiva, motora, emocional e social. Para que seja alcançado, e para uma infância feliz, cada bebê que nasce depende de cuidadores com quem possa estabelecer vínculos afetivos estáveis, de ambiente seguro e protegido e de nutrição adequada. Evidências científicas comprovam os efeitos devastadores, irreversíveis e com reflexos ao longo de toda a vida, das situações de negligência e violência vivenciadas durante os primeiros anos de vida

Para as crianças, mais importante do que preparar o futuro, é viver o presente, viver agora

e na forma mais justa, plena e feliz (Plano Nacional pela Primeira Infância)”.

Existe um provérbio africano que diz que “para educar uma criança é preciso toda uma aldeia”. Esta experiência, vista pelo educador popular Tião Rocha, em Moçambique, é assim descrita por ele: “Este aprendizado vivido em Moçambique mudou nossas vidas de educadores e passou a integrar nosso olhar institucional. Convocar a aldeia, a comunidade, toda a gente para educar bem todas as crianças, tornou-se uma obsessão para toda nossa equipe”.

Com foco nas crianças e nessa fase tão especial da vida, a gestão municipal de São Paulo apresenta, junto ao Programa de Metas, a proposta da Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância (0 a 6 anos de idade) – o Programa São Paulo Carinhosa. (São Paulo, gestão municipal 2013-2016 Secretaria Criança e Adolescente).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para nortear esse trabalho lançou-se mão de um referencial teórico ainda não muito aprofundado sobre a questão da relação da criança e o espaço da cidade. Uma contribuição bastante importante foi a leitura e análise da tese de doutorado em Psicologia Social de Carla Bertuol, “Crianças no Espaço Urbano: um estudo sobre políticas públicas no contexto das “Cidades amigas da criança”. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2008), na qual a autora traz uma leitura histórica e conceitual sobre estudos, experiências e autores sobre a temática da criança e a cidade. A apropriação dos espaços públicos e a relação com a sociedade.

O material bibliográfico organizado e sistematizado por Carla Bertuol, de 10 anos atrás, pode ser considerado a espinha dorsal inicial teórica deste artigo, agora corroborado com estudos mais recentes ou autores não abordados anteriormente.

Dentro desse leque teórico/conceitual incluem-se estudos e experiências desenvolvidas por grupos de estudos acadêmicos como o grupo Primeira Infância Gênero e Cidade, do qual o autor faz parte, no âmbito da Universidade Presbiteriana Mackenzie com parceria do Instituto Brasileira e da Fundação Bernard van Leer; contatos e discussões com instituições da sociedade civil como o Instituto Alana em seu trabalho Criança e Natureza, além de outras experiências que surgem por todo o Brasil e no mundo, cujo foco está nas experiências, no olhar e na qualidade do meio urbano para os pequenos cidadãos. Todas essas interfaces demonstraram a importância de se trabalhar os referidos parâmetros de propostas para intervenções de qualidade nos espaços públicos onde circulam, brincam e vivem as crianças, trazendo como consequência uma cidade mais justa, mais humana e mais saudável.

Mais recentemente uma publicação, originalmente oriunda da dissertação de mestrado da arquiteta Bianca Breyer Cardoso transformada no livro “Por onde andam as crianças” (Curitiba, Apriss 2015) traz uma importante contribuição para a pesquisa sobre a temática da criança e a cidade: a relação de áreas urbanas dotadas de infraestrutura pública e as áreas carentes com a

forma com que as crianças se apropriam dos espaços. Essa relação, embasada em referências consistentes, aborda a relação espacial e o desenvolvimento da sociedade em estudos corroborados por Milton SANTOS “Técnica, espaço e tempo (1996) e “O lugar e o cotidiano. In: A natureza do espaço(2002)”, Michel de CERTEAU (1990) “A invenção do cotidiano”, Yi-Fu TUAN “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência”(1993), e nos sugere a perspectiva de pensar a cidade como elemento de descoberta, de apropriação dos espaços, para que se tornem lugares para as crianças. O movimento no espaço da calçadas, como “lugares lineares” (Santos). Nessa mesma linha segue a dissertação de mestrado da arquiteta Helena Nosek, “A Criança no Espaço Público da Cidade de São Paulo, Diferenças e aproximações entre dois bairros: Jardim Lapenna e Itaim Bibi”.

Para Bertuol a pesquisa sobre a criança já vem de longa data, mas nos dias de hoje, a esses estudos ganharam mais visibilidade e enriquecem a discussão:

A presença de crianças no espaço urbano tem sido abordada por pesquisadores e planejadores urbanos, há décadas. Mostra algumas formas de ver as crianças no espaço público e discute a peculiaridade da criança no uso do espaço urbano, norteadas pelas experiências pioneiras da década de **1970 de Colin Ward, Roger Hart e Kevin Lynch**. Este último é autor do projeto **Growing up in cities**, reeditado pela Unesco a partir da Conferência HABITAT 1996, da Organização das Nações Unidas (ONU), ocasião do lançamento do projeto **Child Friendly Cities**. Esse projeto tem direcionado a implantação de estratégias nas políticas públicas para a vida urbana de crianças e adolescentes em diferentes países. (Carla Bertuol CRIANÇAS NO ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DAS “CIDADES AMIGAS DA CRIANÇA”).

Algumas pesquisas foram desenvolvidas sobre o tema, como a de Kevin Lynch.

A pesquisa *Growing up in the Cities* (Crescendo nas cidades), realizada por Kevin Lynch e colaboradores, procurou relacionar a vida das crianças em cidades que passam por constantes mudanças. Sob os auspícios da iniciativa da UNESCO, “O homem e a biosfera”, realizaram um estudo pioneiro naquelas cidades, enfatizando o microambiente imediato, particularmente o interior das casas e o espaço externo vizinho, e concentrando-se em grupos de baixa renda, em regiões de poucos recursos e de mudanças rápidas. Ao considerar a infância e as crianças como atores sociais, o autor vê nelas o universo dos que estão se desenvolvendo hoje e que, ao mesmo tempo, serão os cidadãos de amanhã. (Carla Bertuol CRIANÇAS NO ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DAS “CIDADES AMIGAS DA CRIANÇA”).

As experiências com a paisagem urbana de Roger Hart trabalham com a percepção e o comportamento das crianças em relação aos espaços onde moram, em relação à vizinhança e aos bairros, numa escala maior. Enfim, a forma como elas se relacionam com os espaços da comunidade. O autor aponta ainda alguns aspectos favorecem a apropriação dos espaços pelas crianças. São eles: “as possibilidades de atividade espacial, o conhecimento que a criança tem do lugar, os valores e sentimentos em relação ao lugar e o uso que faz dele”(HART, 1979, p.).

O livro de Roger Hart, *Children’s Experience of Place*, publicado em 1979, descreve um estudo sobre as crianças, suas experiências com a paisagem e o desenvolvimento da experiência de lugar. Seu propósito era entender o comportamento espacial das crianças e o uso do espaço territorial “e ao mesmo tempo descobrir o seu conhecimento do, e sentimentos pelos lugares no seu ambiente.” (Hart, 1979, p. 13). Hart viveu por dois anos numa pequena cidade da Nova Inglaterra com o objetivo de estudar crianças e seu comportamento espacial. A localidade de sua pesquisa recebeu o nome fictício de Inavale. (HART, 1979).

A visão de Colin Ward sobre a questão das crianças nos faz pensar que elas já fazem parte de nossa sociedade e somos nós, os adultos, que as separamos e as superprotegemos. Os adultos encaram as crianças como seres que não têm opinião própria; no entanto, elas precisam de espaços projetados por arquitetos/as que sabem o que estão fazendo, que as levem em conta e que não se esqueçam de que o imaginário da criança é muito mais amplo e qualquer espaço é apropriado por elas.

O autor procura problematizar essa relação, chamando a atenção para o fato de que as crianças já estão nos espaços das cidades. Para ele, a cidade que realmente se preocupa com as necessidades da criança não deve ser planejada para as crianças, mas deve ter em mente as necessidades dos pequenos e tornar todo o ambiente acessível para elas pois, diferentemente dos adultos, elas tentarão ocupar o espaço da cidade: “[...] as crianças irão brincar em qualquer lugar e com qualquer coisa. A provisão que é feita para as suas necessidades opera num plano, mas as crianças operam em outro plano” (WARD, 1978, p. 87)

3. AS PRINCIPAIS INICIATIVAS NO CONTEXTO INTERNACIONAL SOBRE O TEMA CIDADE E INFÂNCIA

O urbanista Kevin Lynch iniciou, junto com os movimentos dos anos 70 de participação cidadã, um projeto dirigido a crianças e jovens, em uma ação conjunta com a UNESCO.

Posteriormente, na Itália, o pedagogo Francesco Tonucci também fez ações nesse sentido e, como marco desse pensamento, a conferência HABITAT II (ONU), evento internacional que trata das questões urbanas nas cidades do mundo todo, consolidou o conceito de CIDADES AMIGÁVEIS para a infância.

As principais premissas sobre esse tema, reunidas desde a década de 1970 e desenvolvidas em diversos trabalhos com colaboração da UNESCO são:

- Crianças são competentes;
- Adultos não sabem, necessariamente, o que é melhor para as crianças;
- Muitos adultos não escutam as crianças e não levam a sério suas opiniões;
- As crianças têm a capacidade e o direito de participar dos programas e avaliações das suas comunidades;
- Uma cidade favorável às crianças é igualmente favorável a todos os cidadãos.

Em 1991, Tonucci coordenou um laboratório na Itália, com o objetivo de repensar a cidade e modificá-la completamente, tendo a criança como parâmetro. O projeto foi um sucesso e se estendeu para diversas cidades europeias.

Com a situação atual das urbes, onde a criança não encontra seu lugar, ou é vista como mero apêndice sem voz da sociedade e não como um ser que é depositário de esperanças e sonhos de um futuro melhor, a proposta é ter a criança como foco e parâmetro da transformação urbana e social.

Nas últimas décadas, devido à escolha do cidadão adulto e trabalhador como parâmetro de desenvolvimento e de mudança, a cidade perdeu uma de suas características originárias, que é a de ser um lugar de encontro e intercâmbio de pessoas. Renunciou-se à ideia de espaços públicos como ponto de encontro e trocas, atividades imprescindíveis para a saúde mental de uma sociedade. Os pátios, as ruas e as praças adquiriram, cada vez mais, funções associadas ao automóvel e ao comércio, excluindo os cidadãos. As cidades foram sendo modificadas, relegadas e até negadas e se transformaram em um ambiente insalubre, devido à insegurança, falta de tratamento adequado, paisagístico ou não, falta de limpeza e de manutenção, contaminação atmosférica, visual e acústica, dentre outras carências.

É preciso pensar em soluções sociais que impliquem uma mudança **real** da cidade, de suas características estruturais e também do comportamento dos cidadãos, portanto, as crianças, como elemento de futuro, não podem ser relegadas a um papel de meros coadjuvantes.

Desde pequenas, as crianças são capazes de interpretar e de expressar suas próprias necessidades e contribuir com a transformação de suas cidades. Suas necessidades coincidem com as da maior parte dos cidadãos, sobretudo dos mais necessitados.

Este artigo propõe **mudar o parâmetro** e transferi-lo do adulto trabalhador à criança: trata-se de conseguir que a administração pública abaixe os olhos até a altura de uma criança, para não se esquecer de nada. Uma cidade adequada para crianças é uma cidade adequada para **todos**. É uma proposta **transversal** que afeta todos os setores da administração pública, do prefeito ao mais humilde dos servidores, sem exceção.

4.COMO ARQUITETOS/ARQUITETAS PODEM ATUAR NESSES TERRITÓRIOS?

Desde 1996, a partir da cidade de Rosário, a Argentina, tendo como inspiração as ideias do pedagogo italiano Francesco Tonucci, viu surgirem os Conselhos das Crianças, organizações que se tornaram interlocutores legítimos apostando na construção de redes mais amplas de atores sociais.

Desde o surgimento desses Conselhos das Crianças, diferentes propostas foram elaboradas, o que indica o pensamento de criar uma **cidade inclusiva**, onde todos os indivíduos possam se sentir acolhidos, uma cidade com árvores, com espaços públicos agradáveis e seguros. Uma

cidade na qual permanecer nos espaços públicos seja fruto de **projetos que convidem** os moradores a utilizar e povoar a cidade de **outra maneira**, ocupando os espaços públicos, gerando um novo conceito de segurança urbana baseado no encontro com os **vizinhos**.

São programas que levam à união de vizinhança, à convivência saudável, à consciência da importância do meio ambiente, ao melhoramento dos espaços públicos, aos encontros e trocas e à melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade para todos os cidadãos.

Uma Cidade Amiga da Infância, de acordo com o programa da Unicef (CAI, UNICEF 1996) respeita e aplica em suas políticas e programas os direitos da infância previstos na Convenção dos Direitos das Crianças (1989), tratado internacional que reúne os direitos da infância. De acordo com esse programa, para efeito de elaboração de projetos, programas e políticas públicas:

- As vozes, ideias e opiniões das crianças sobre a cidade que desejam devem ser ouvidas e consideradas seja no ambiente familiar, nas comunidades e na vida social;
 - Com a colaboração das crianças, cria-se um espaço de convivência melhor para toda a cidadania;
 - Todas as crianças recebem serviços básicos como saúde e educação;
 - Todas as crianças são protegidas da exploração, do abuso e da violência;
 - Todas as crianças contam com espaços de encontro e de jogos para compartilhar com seus amigos assim como espaços verdes e um ambiente saudável;
 - As crianças podem participar de eventos sociais e culturais;
 - Todas as crianças têm as mesmas oportunidades, independentes de sua origem, religião, escolaridade, gênero ou incapacidade.
- (Se isso for citação literal, deve constar como tal e estar deslocado da margem esquerda)

O projeto European Child Friendly Cities (CFC, 2000) tem por objetivo melhorar a vida, oportunidades e o meio ambiente das crianças. Seu objetivo é que a consciência social e política se concentrem na importância do **desenvolvimento infantil** para o bem-estar socioeconômico e para isso defende cinco diretrizes gerais.

1. Aproximação holística: a olhada desde a infância requer uma visão holística e é representativa da cidade inteira
2. Aproximação integral: todas as áreas da vida urbana deveriam ser amigáveis com a infância: educação, mobilidade, planejamento urbano, serviços de cuidado e saúde, meio ambiente, lazer, esportes e outros.
3. Aproximação intergeracional: as cidades amigáveis não querem apropriar-se de toda a cidade, mas sim implica que as crianças sejam reconhecidas como cidadãos,

como parte da cidade completa, sem ser ilhados socialmente.

4. A importância da participação da infância e da juventude: sua idade não deveria impedi-los de participar como cidadãos plenos e poder contribuir com a melhora de qualidade de vida das cidades. Esta contribuição deveria ser estimulada, escutada e incluída.
5. Modificações dinâmicas e desafios contínuos: embora a marca “Cidade Amiga da Infância” seja permanente, os desafios são constantes e a necessidade de adaptar-se as novas realidades também. (CFC, 2000), – disponível em <http://www.childin-the-city.eu/>) Coloque o site na bibliografia.

A fundação BERNARD VAN LEE expressa de forma clara seu pensamento:

[...] apoia a hipótese que uma cidade que seja desenhada desde a perspectiva de uma criança pequena de 0 a 3 anos (95 centímetros é a altura média de uma criança saudável de três anos) será uma cidade que beneficie a todos seus cidadãos. (FBVL 2017)

Como se observa, então, as principais políticas públicas de gestores municipais costumam englobar diversos temas, sendo os mais recorrentes: habitação, trabalho, educação, saúde pública, mobilidade urbana, espaços verdes, serviços urbanos, seguridade social e participação cidadã e, habitualmente, essas políticas públicas são medidas através de indicadores, metas e objetivos. Mas como as políticas contribuem para o desenvolvimento **integral, saudável, seguro e estimulante** das crianças?

Marta Román e Bergoña Pernas (2015) trazem uma reflexão sobre o significado da palavra CUIDAR, que procede do latim *cogitare*, pensar. O cuidado está vinculado ao fato de contemplar e integrar as necessidades de outros dentro das próprias atribuições e prioridades. Uma cidade que cuida é aquela que destina **tempo, energia e recursos** a pensar, precisamente para incluir em suas atuações as complexas e variadas necessidades da cidadania e, especialmente de quem necessita de mais cuidado.

Outra entidade que defende essas políticas, a partir do enfoque da criança, é a URBAN95 que toma como parâmetro o ponto de vista da criança que caminha.

Urban95 propõe intervenções urbanas que, juntas, criam uma cidade que tenha capacidade para cuidar. para cuidar da criança que caminha, que caminha, que se surpreende, que se machuca, que é frágil, que descobre, com o que aprendemos, que aprende com todos.

Urban95 quer transformar o enfoque tradicional de palavras técnicas em outras que reflitam melhor as experiências das crianças na cidade: tempo, percepção, su-tilezas, referências, movimento, cuidado.

assim, aparecem as palavras que nos mostram o que a cidade teria que assegurar, ...ser, pertencer, habitar, confiar, parar-se, correr, sentar-se, rir-se, descobrir. (**paper concept 2017 FBVL**)

Jan Gehl, em seus estudos e projetos, utiliza uma metodologia bem simples para analisar determinados parâmetros de comportamento e tentar entender algumas situações. Para saber se uma cidade inclui as crianças, há uma primeira pergunta que deve ser feita: existem crianças nas ruas? (GEHL, 2014)

Para reforçar essa ideia, vale lembrar as palavras do pedagogo Francesco Tonucci:

Os ecologistas utilizam os indicadores ambientais, aqueles organismos que nos ajudam a comprovar a sanidade ou a degradação do nosso ambiente. Se o ambiente se contamina, os vaga-lumes não voltam. Para a cidade, podemos considerar a criança como um SENSÍVEL INDICADOR AMBIENTAL: se na cidade encontramos crianças que brincam, que ficam sozinhas sem a presença direta de um adulto, significa que a cidade está saudável; se na cidade não encontramos crianças, significa que a cidade está doente. (TONUCCI, 2015).

Tonucci usa a analogia com o meio ambiente – presença ou não mariposas e vagalumes, como indicador dos níveis de poluição – para chamar nossa atenção e reforçar que sendo adequada para crianças - segura, transitável e apropriada para as crianças - também o será para o conjunto dos cidadãos.

Ao estudar um espaço, Gehl busca dados demográficos do entorno imediato para saber quantas crianças vivem na região e, a partir desse dado, pode comparar e verificar a frequência e a presença efetiva delas nos espaços públicos. (GEHL, 2014)

Depois de décadas de experiência com trabalhos urbanos, Gehl identificou um vínculo entre a presença de crianças e o “social mixing”, ou seja, houve um aumento da quantidade das atividades e também da diversidade de usuários depois da introdução de atividades e uma programação voltada para crianças. Junto com as crianças, havia membros da família de todas as idades.

Os estudos e os dados concretos de Gehl mostram como a verificação do número de crianças, bem como das principais atividades que elas realizam, por exemplo, podem servir de **ponto de partida para analisar** uma cidade onde se busca a inclusão dos menores através do **desenho urbano**.

Em áreas de vulnerabilidade social, as crianças sozinhas não podem ser consideradas um caso isolado, em função do baixo cuidado dos adultos. Mesmo assim é um marcador importante.

5. HIGIENÓPOLIS NA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO E OS CONCEITOS DE CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS.

Para aprofundar a discussão sobre a relação entre o que acontece entre as crianças e o espaço público das cidades brasileiras, é importante fazer uma breve reflexão sobre a dicotomia sugerida para o processo de desenvolvimento projetual tendo como referência alguns parâmetros desenvolvidos por pesquisadores e profissionais europeus, entre eles educadores, arquitetos e urbanistas, que partem de situações nas quais as questões urbanas básicas de infraestrutura e proteção social já estão resolvidas.

No entanto é essencial digerir certas teorias e conceitos referentes a outras realidades, para que, antropofagicamente, seja possível sugerir processos, leituras de nosso território e parâmetros projetuais mais adequados à realidade de nossas áreas de estudo, no caso, territórios com fragilidades sociais.

Para isso, o fato de analisar realidades tão distintas na cidade de São Paulo como o bairro de Higienópolis, bairro de classe média alta, e a favela do Moinho, cuja condição social está escancarada no próprio nome, pode-se abrir uma janela para uma discussão propositiva sobre possibilidades de intervenção em áreas de vulnerabilidade social.

Situado na área central do município de São Paulo, Higienópolis em alguns aspectos já incorpora conceitos embrionários, ainda que de forma bastante tímida (se não única), a ideia de uma cidade favorável e amiga da criança. Um exemplo é o “ônibus a pé”, projeto que permite aos estudantes desenvolverem trajetos da casa para a escola e vice-versa, de forma coletiva. Assim, brincando, eles vão percebendo a cidade e caminhando pelas calçadas do bairro.

Mas o que se pode notar é que o automóvel é protagonista em relação à mobilidade no bairro, fato facilmente constatado pelos engarrafamentos frequentes na região e que, em muitos casos, são potencializados pelo acúmulo de veículos nos horários de entrada e saída dos estudantes das escolas, constatando a preferência quase geral pelo transporte individual em detrimento da mobilidade ativa, o caminhar.

É importante proceder-se a uma análise mais aprofundada sobre a relação das viagens de origem-destino seja em relação às escolas ou nos equipamentos públicos e privados do bairro. Algumas perguntas são essenciais para entender o perfil do usuário e as consequências de suas escolhas, entre elas: Quem são os usuários? Moram no bairro ou não? Qual sua faixa de renda? Utilizam os serviços públicos da região?

Um trabalho bastante interessante que aborda a questão das relações espaciais no uso dos espaços da cidade, públicos ou privados, dos serviços e equipamentos é a dissertação de mestrado da arquiteta Helena Nosek, “A Criança no Espaço Público da Cidade de São Paulo, Diferenças e aproximações entre dois bairros: Jardim Lapenna e Itaim Bibi”. No capítulo 3, Nosek faz uma observação detalhada sobre a dinâmica das crianças (e quais crianças) no bairro do

Itaim Bibi em comparação com a dinâmica das crianças no Jardim Lapenna, no extremo leste do município de São Paulo.

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que Itaim Bibi e Higienópolis, no que diz respeito às características espaciais e ao perfil dos usuários, por exemplo, são bem parecidas, com uma única ressalva: no bairro de Higienópolis estão a praça Bueno Aires, o Sesc Consolação e a biblioteca Monteiro Lobato, além de ser um bairro bem próximo à área central da cidade dotada de área verdes e equipamentos públicos.

Para isso faz-se necessária uma análise mais aprofundada, tendo como possível método a ser implementado a “**observação participante**” usada pela pesquisadora Nosek em seu trabalho.

Para analisar esse fenômeno a partir da observação da vida cotidiana das crianças de forma não intrusiva e de modo a reduzir a variabilidade residual, a repressão de comportamentos, bem como a artificialidade destes, foi adotada a metodologia denominada observação participante. Trata-se de uma abordagem utilizada quando o investigador está interessado na dinâmica de um grupo no seu meio natural, e não simplesmente no recolhimento de respostas individuais às questões, sendo o investigador levado a partilhar papéis e hábitos dos grupos observados, estando, assim, em condições favoráveis para observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos (BRANDÃO, 1984; MARSHALL & ROSSMAN, 1995, apud Nosek, 2018)

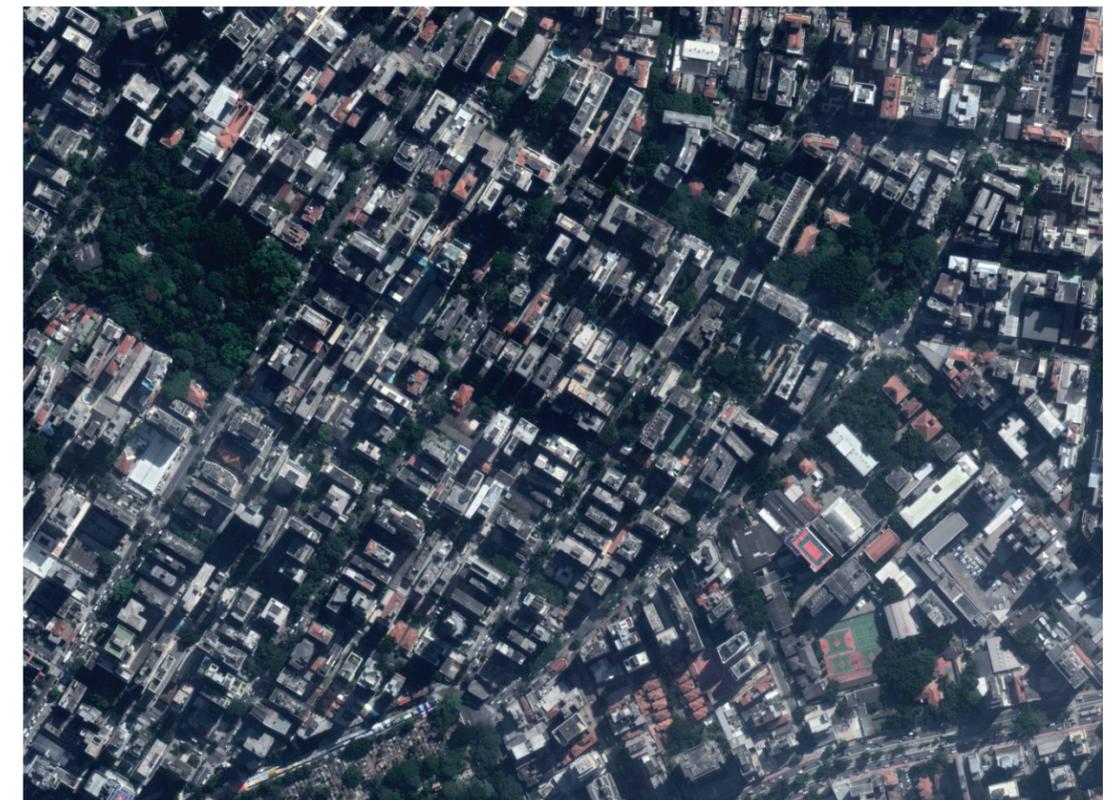


Figura 1: Bairro de Higienópolis. Fonte: Google Earth

6. A SEMANA ESTUDANTIL 'VIVER METRÓPOLE' DA FAU MACKENZIE. CONTRAPONTO E DIFERENÇAS NO TERRITÓRIO.

A poucos metros do bairro de Higienópolis, dotado de toda infraestrutura urbana, serviços, calçadas largas e arborizadas criando um cenário bucólico e agradável para se viver, existe uma área fragmentada, cortada e esquecida nos vestígios dos trilhos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), área que já foi palco de um dos maiores eventos de arte urbana de São Paulo, na década de 90, o Arte Cidade. O local é a favela do Moinho. Duas áreas tão próximas, na mesma cidade, e com características tão díspares.

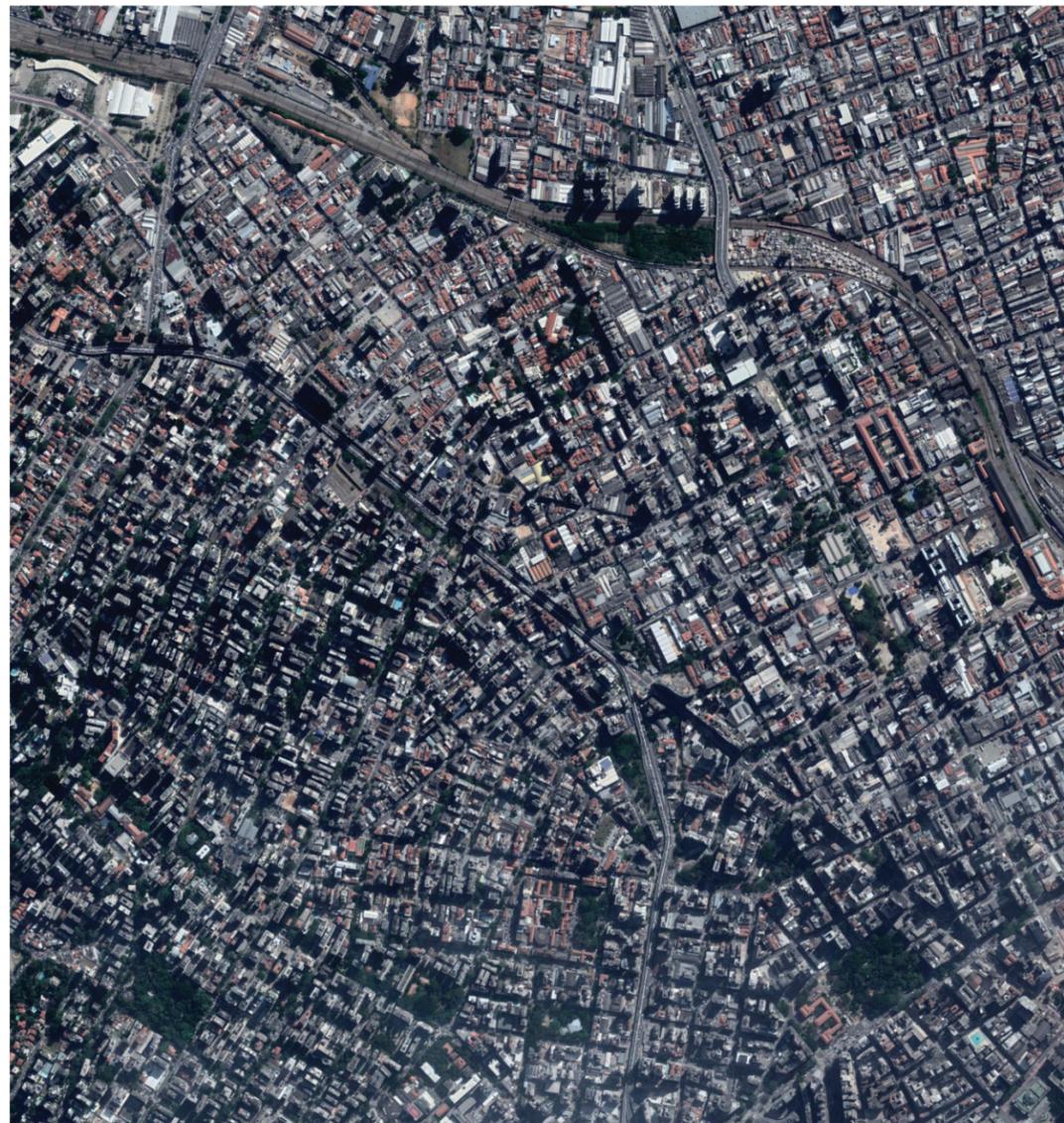


Figura2: Bairro Higienópolis na parte inferior esquerda da foto; área da favela do Moinho, canto direito superior.
Fonte: Google Earth



Figura3: Área favela do Moinho. Fonte: Google Earth

Dentro da programação da Semana de Arquitetura “Viver MetrÓpole”, realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, entre os dias 16 e 20 de outubro de 2017, realizou-se uma oficina com alunos e alunas da FAU Mackenzie, para discutir temas relacionados à relação entre a Cidade e a Primeira Infância, em áreas de vulnerabilidade social. As palestras, abertas a toda a comunidade acadêmica, e proferidas com profissionais da Arquitetura e Urbanismo que trabalham e estudam o tema, foi de grande importância para o enriquecimento do olhar sensível sobre o papel da Arquitetura e Urbanismo no desenvolvimento de propostas e pesquisas na área de Habitação de Interesse Social, Políticas Públicas em áreas de Vulnerabilidade Social, Projetos e Processos Participativos, a Primeira Infância e o espaço construído: todas elas com ações e propostas que têm a criança como parâmetro.

Além das palestras, no escopo da proposta de trabalho com os alunos foram feitas duas visitas em áreas de vulnerabilidade social na área central da cidade de São Paulo. A primeira, realizada no dia 17 de outubro, foi à Favela do Moinho e a segunda, no dia 18 de outubro, na área do Baixo Glicério. No dia seguinte às visitas, grupos de trabalho reuniram-se e analisaram as suas impressões e constatações, e discutiram propostas de possíveis intervenções para ambas as regiões.

Partiu-se do pressuposto que o Estado não intervém em territórios ocupados, em função da legislação vigente, uma vez que são consideradas áreas ilegais e irregulares. Sendo assim, a população em vulnerabilidade social permanece desamparada, principalmente as crianças, e sobrevive no dia a dia com o auxílio de ações de caráter assistencialista realizadas por organizações não governamentais, instituições religiosas e sociedade civil.

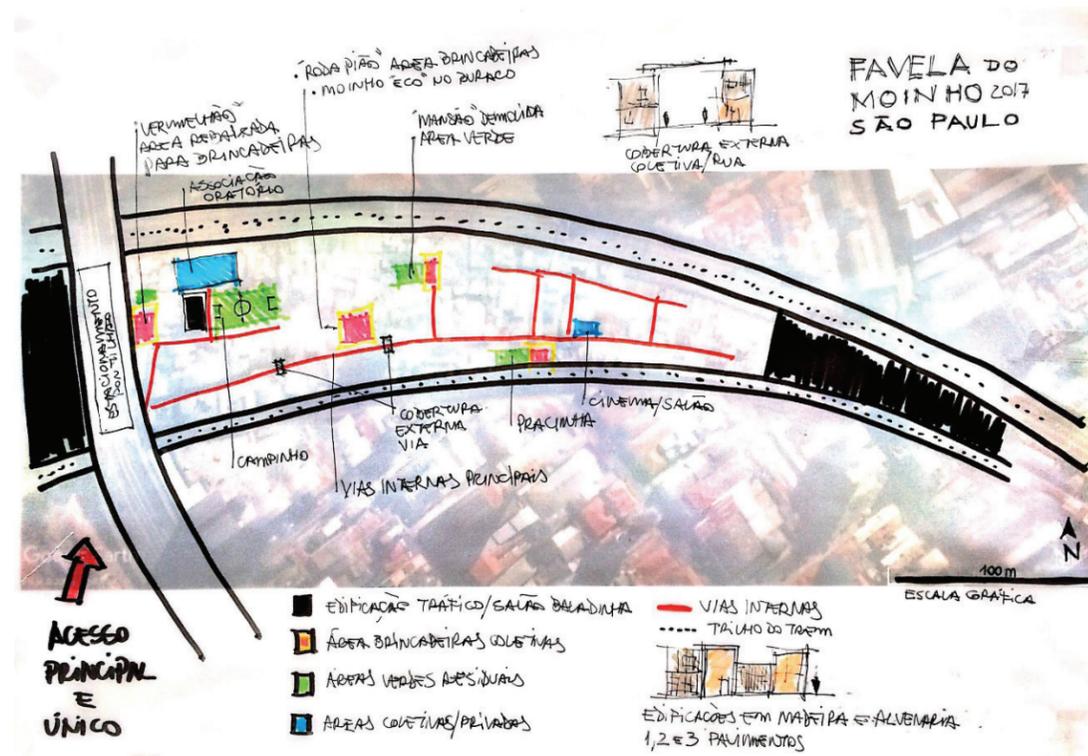


Figura 4: Leitura da área visitada. Favela do moinho.

Análise área Favela do Moinho

A Favela Moinho, no bairro Campos Elísios em São Paulo, situa-se entre as duas linhas férreas no antigo moinho Matarazzo. Uma comunidade de aproximadamente mil famílias, com cerca de 500 crianças. O único acesso se localiza debaixo do Viaduto da Avenida Rio Branco, atravessando a linha do trem, uma situação altamente perigosa para os moradores.

O único equipamento de apoio e suporte as crianças da comunidade é o espaço do Oratório Santa Luzia, entidade religiosa e assistencial local, que recebe cerca de 120 crianças nos contraturnos das escolas da região, na parte da manhã e à tarde, em turmas divididas em três faixas etárias: crianças de 4 a 7 anos, de 8 a 11 e de 12 a 15 anos de idade.

A constatação de falta de infraestrutura básica, de água e esgoto encanado, arruamento, espaços de lazer e qualidade ambiental, como coleta de lixo e áreas verdes, cria um cenário de alta vulnerabilidade social. Sem a atuação do ESTADO e na ausência de políticas públicas nessa localidade, o tráfico de drogas assume o controle da dinâmica do território, como poder paralelo ao institucional, dando as regras e controlando a área.

Reforçando a ideia de que usufruir de Arquitetura e o Urbanismo de qualidade é direito de todos os cidadãos e enfatizando que o ensino de Arquitetura e Urbanismo deve contemplar vá-

rios matizes da atuação profissional é obrigação moral de todos os profissionais da área terem percepção e clareza quanto ao seu papel e à dimensão social da profissão.

A dinâmica, desenvolvida com os estudantes de Arquitetura, foi dividida em três turmas, seguindo a faixa etária das crianças que estudam no espaço Santa Luzia. Na parte da manhã, era a vez dos alunos do contraturno matutino e, na parte da tarde, dos alunos do contraturno vespertino.

No primeiro grupo de crianças, com idades variando entre 4 e 7 anos, a proposta foi desenhar em fotos P&B, em formato A3, alguns pontos da favela de acordo com a percepção deles: o que são hoje e como poderiam ser aqueles espaços.



Figura 5: Oficina de percepção do espaço com as crianças. Foto: Marco Hovnanian



Figura 6: Oficina de percepção do espaço com as crianças. Foto: Marco Hovnanian



Figura 7: Oficina de percepção do espaço com as crianças. Foto: Marco Hovnanian

O segundo grupo reuniu crianças com idades entre 8 e 11 anos e contou com a ajuda dos alunos da FAU Mackenzie. As crianças produziram binóculos mágicos a partir de sucata – rolos de papelão e fitas coloridas – para analisar o espaço do brincar, na comunidade. Com visita guiada pelo nosso grupo de arquitetos, as crianças e os estudantes da FAU Mack partiram para a atividade de caminhar pelas vias e espaços da Favela do Moinho, descobrindo como e quais os espaços apropriados pelas brincadeiras dos petizes. De volta à instituição Santa Luzia, a partir de desenhos, as crianças falaram sobre sua percepção dos locais da favela.



Figura 8: Oficina de percepção do espaço com as crianças. Foto: Marco Hovnanian

No terceiro grupo de crianças de 12 a 15 anos de idade, a dinâmica foi de discussão sobre os espaços interessantes e com potencial na comunidade e quais os espaços que incomodam os pré-adolescentes. Eles desenvolveram desenhos e escreveram sobre a temática sugerida, a partir da percepção individual desenvolvida ao longo da vida. A partir dessas informações e com a orientação dos alunos e professores da FAU Mackenzie, os jovens escolheram uma área de intervenção e construíram uma maquete física, como proposta de intervenção.

Também fez parte da vivência de todos os grupos participar de um almoço coletivo e do lanche do final da tarde.

A orientação dos trabalhos e desenvolvimento da oficina ficou a cargo dos arquitetos e professores Rodrigo Mindlin e Daniela Getlinger. Na favela do Moinho, também esteve presente o professor de design e arquiteto Marcos Hovnanian, que documentou fotograficamente essa jornada. Como doutorando da FAU Mackenzie e participante do grupo de pesquisa Gênero, Cidade e Primeira Infância, o autor deste artigo contribuiu com as dinâmicas nos dias de visita, orientando alunos e auxiliando na discussão, análise e desenvolvimento das propostas de intervenções.

Esse projeto de pesquisa, desenvolvido em conjunto com o grupo de pesquisa da FAU Mackenzie “Cidade e primeira Infância”, tem como proposta organizar, analisar e discutir o material existente relacionado ao tema interligando criança, cidade e espaço construído. De forma prática, a pesquisa pretende criar parâmetros projetuais que norteiem políticas públicas e enriqueçam o repertório de profissionais no contexto da Arquitetura e Urbanismo, em desenvolvimento de propostas de projetos em áreas de vulnerabilidade social para futuras intervenções no território, sejam elas derivadas de ações do poder público ou da sociedade civil organizada.

A relevância social do tema é de fundamental importância para que arquitetos (as), pesquisadores(as) e professores(as) possamos formar uma massa crítica e capacitada dentro da academia que esteja apta a atuar na cidade construída, mais especificamente em áreas de vulnerabilidade social, ampliando a discussão e valorizando o papel social do profissional da arquitetura em um cenário, cada vez mais gritante, de tamanha desigualdade social.

7. CASOS ESPECÍFICOS NA AMÉRICA LATINA: COLÔMBIA E VENEZUELA

Para ampliar o universo da análise e as possibilidades de transformação sobre os territórios vulneráveis, com um aprofundamento nos conceitos e teorias levantadas ao longo dessa reflexão, é importante desenvolver um olhar mais detalhado sobre situações com maior número de semelhanças do que de diferenças. Por isso trazemos exemplos de propostas de intervenção realizadas em outros países da América Latina, deslocando a análise específica daquela do olhar europeu, uma vez que os países latino-americanos exibem realidades completamente diferentes em relação aos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, busca-se uma aproximação no que se refere a referências e expertise de países em desenvolvimento, para que a interpretação dos dados tenha maior compatibilidade em relação aos territórios de estudo.

7.1 O caso de Medellín, na Colômbia: intervenções urbanas em áreas carentes

O caso de Medellín, na Colômbia, é importante parâmetro para nortear as discussões sobre como uma cidade pode ser mais inclusiva para todos os cidadãos, mais especificamente em áreas de vulnerabilidade social, e consequentemente favorecendo a relação qualitativa da criança com o espaço público.

O chamado “urbanismo social” em áreas carentes, parte de uma premissa, a qualidade arquitetônica das intervenções urbanas são essenciais para que surta o efeito de transformação do espaço desejado. Nessa linha o poder público da Colômbia organizou concursos públicos de arquitetura para que a diversidade de propostas e as possibilidades de ação ampliassem o leque de opções a serem implementadas.

Outro ponto fundamental para que todo esse processo seja exitoso é trabalhar, estruturalmente a questão da mobilidade urbana, desde transportes públicos de qualidade até percursos a pé, valorizando o pedestre e as calçadas. Em toda a cidade, foram priorizadas intervenções de grande porte como parques, bibliotecas, reestruturação da mobilidade urbana, tanto macro (transportes motorizados) e micro (calçadas, escadas rolantes etc.) que delineiam o desenho urbano.

Um dos responsáveis por projetos ao conceber um plano de desenvolvimento dando prioridade às áreas mais pobres, o arquiteto Alejandro Echeverri destaca necessidade de políticas sociais e educacionais serem integradas, em um projeto mais abrangente, de acordo com cada área.

Tem que haver uma combinação com políticas sociais e educacionais, num projeto integrado, cuja complexidade varia de acordo com as características de cada área. O sucesso depende dessa complexidade e da integração entre os projetos (Entrevista concedida no evento Arq.Futuro à Fabíola Gerbase 2013, Oglóbo)

O ex-prefeito de Medellín, Sergio Fajardo, dentre diversas frentes de atuação para qualificar o território como a participação da sociedade nas decisões e transparência na gestão pública, enfatiza que a questão de mobilidade urbana é essencial para todas essas conquistas.

O sistema de transporte público pode ser considerado o motor da transformação. Resolvido de forma criativa, com o objetivo, além do específico de transportar e integrar pessoas, de estimular a cultura cidadã e a civilidade. A atual combinação entre trens elevados, ônibus em sistema BRT e metrocable (teleféricos) constitui uma solução original adaptada às circunstâncias geográficas, complementada com sistemas de micro ônibus que acessam áreas mais remotas, e um sistema de bondes em vias de implantação. O programa urbano de acessibilidade inclui, naturalmente, o cuidado com as calçadas, um sistema integrado de ciclovias e até escadas rolantes para a Comunidade San Javier. (Roberto Ghione , 2014)



Figura 9: Escadas rolantes, intervenção urbana e arte social na Comunidad 13, San Javier Foto Roberto Ghione

7.2 O Caso de Caracas, na Venezuela: o Coletivo Pico em áreas de vulnerabilidade social.

A Venezuela traz um exemplo interessante, mas em uma escala mais reduzida do que a experiência de Medellín. Em áreas periféricas de Caracas, a proposta se utiliza de pontos de aplicação de “acupuntura urbana”, dentro dos quais o projeto **“Espaços de Paz”** está convertendo “áreas de perigo” em “áreas de paz”. Por meio do recurso do projeto participativo em áreas violentas do país, liderado pelo escritório venezuelano PICO Estudio, há um extenso trabalho de coletivos de arquitetura que, em conjunto com a comunidade, desenvolveu em algumas semanas uma experiência de oficinas participativas, em áreas carentes da Venezuela como processo indutor de transformações na área do entorno. A lógica é de se trabalhar pontualmente e, assim, potencializando e enriquecendo a qualidade espacial desses pontos, a transformação se irradie por toda área.

Como em qualquer projeto maduro, a participação da comunidade foi essencial para a iniciativa. Espaços como terrenos vazios e áreas de lixo não regulamentadas foram escolhidos para propostas de transformação dos espaços utilizado. Os projetos procuram criar *“dinâmicas sociais que convidassem a novas formas de convivência e relações nas comunidades, transformando as categorias fundamentais que regem a vida cotidiana: o uso do tempo e do espaço”*. (Archdaly , 2014, por José Tomás Franco Traduzido por Camilla Sbeghen) .



Figura 10: área esportiva projeto escritório Pico, Caracas, Venezuela.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou pontuar a discussão e as propostas relativas a intervenções urbanas que qualifiquem o espaço urbano público tendo como parâmetro a criança e a sua relação com o espaço em que vive, mais precisamente o espaço público coletivo.

Estudos desenvolvidos há mais tempo, como os da década de 1970 de Colin Ward, Roger Hart e Kevin Lynch, norteiam estudos mais recentes como os de Francesco Tonucci e Jan Ghel, corroborados por dissertações, teses, pesquisas e artigos mais contemporâneos.

Entende-se que uma cidade pensada para as crianças, levando em conta suas relações espaciais e sociais, é uma cidade pensada para toda a população, haja vista o círculo de conexões em torno das crianças.

Nos estudos comparativos, entende-se que algumas situações entre crianças de determinadas classes sociais poderiam ser enriquecidas se o espaço público fosse de qualidade em todas as regiões da cidade, permitindo uma maior troca de experiências e uma maior aceitação da diversidade urbana.

Mas é fato que em áreas com melhor infraestrutura urbana e melhores serviços, as crianças de famílias de rendas mais altas vivem em espaços privados seguros, não vivenciando o espaço público.

No caso de crianças de baixa renda, existe certa liberdade no transitar nas áreas de vizinhança de suas moradias, mas ao mesmo tempo em que são mais “livres”, elas estão presas nesses espaços públicos abandonados, sem infraestrutura adequada, com calçadas e ruas, com falta de transporte público de qualidade e de serviços básicos.

Experiências exitosas estão surtindo efeitos na Europa e na América Latina. Tentou-se trazer essa reflexão para a realidade brasileira, utilizando como análise o caso e as ações de intervenção em áreas de vulnerabilidade social na Colômbia e na Venezuela, como parâmetros para reflexão sobre o tema e como se pode incorporar a questão da criança nessas ações.

BIBLIOGRAFIA

BERTUOL, C. *A criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente: um estudo sobre a polissemia da criança nos espaços públicos*. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BERTUOL, C.; SPINK, M. J. P. (2008). *Crianças no espaço urbano: Um estudo sobre políticas públicas no contexto das “cidades amigas da criança”*. Tese de doutoramento em Psicologia social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

CARDOSO, B. B. . Por onde andam as crianças?. 1. ed. Curitiba/PR: Editora Appris, 2015. 183p . Concept Paper 2016 (DRAFT). *Urban 95 Latin América*. Bernard van Leer Foundation. DEAN, A.O.; & Hursley, T. *RURAL Studio Samuel Mockbee and an Architecture of Decency*. New York: Princeton Architectural Press. 2002.

GEHL, J. *Cidade para Pessoas*. Trad. Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2014.

GHIONE, Roberto. Transformação social e urbanística de Medellín. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 14, n. 166.07, Vitruvius, maio 2014 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5177>>.

HART, R. *Children cities and Psychological theories*. New York: UNICEF. 1997

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991. (p. 96-109).

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2006 (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Anthropos, 2000).

LYNCH, K. *Growing Up in Cities: Studies of the Spatial Environment of Adolescence in Cracow, Melbourne, Mexico City, Salta, Toluca and Warsaw*. UNESCO: 1977.

MONTANER, Josep Maria.; MARTINEZ, Zaida Muxi. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: *Arquitetura e Política: Ensaio para mundos alternativos*. Barcelona: G. Gili, 2011, p.197-210.

_____. Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação. Barcelona: G. Gili, 2017.

MONTANER, José M. *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*. Barcelona: G. Gili, 2017.

MUXI, Zaida. *Ateliês Participativos. Construção do conhecimento. Atividades Práticas*. Arquitetura e política com Josep Maria Montaner. Barcelona: G. Gili, 2014.

NOSEK, Helena. A CRIANÇA NO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE DE SÃO PAULO .Diferenças e aproximações entre dois bairros: Jardim Lapenna e Itaim Bibi. Dissertação de mestrado. São Paulo. 2018

RURAL STUDIO at twenty. Designing and building in Hale County, Alabama. Andrew Freear, Elena Barthel, Andrea Oppenheimer Dean. 2014

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2009. SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. O espaço dividido. Os dois circuitos 20 da economia urbana dos países sub-desenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: HUCITEC, 1978

SMALL CHILDREN - Big Cities. Child-Friendly 21st -Century India. November 2014. New Delhi, India. Impact Through Design Intervention. 2014

SPINK, M. J. P. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, M. J. P.; SPINK, P. K. (org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade*. Uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006.

TONUCCI, Francesco. *La città dei bambini: un modo nuovo di pensare la città*. Milano: Zeroseiup, 2015,

WARD, C. *The Child in the City*. New York: Pantheon, 1979, p. 128.

Entrevista:

O urbanismo social do arquiteto Alejandro Echeverri na transformação de Medellín, A experiência de sucesso na cidade colombiana foi assunto do evento de arquitetura Arq.Futuro., Fabíola Gerbase 23/09/2013)

Sites:

Fundação Bernard van Leer: <<https://bernardvanleer.org/pt-br/>>

Fundação Alana: <<http://alana.org.br/>>

Red Ocara: <<http://www.redocara.com/>>